

SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO LUÍS (SIMAE): um estudo sobre o desempenho dos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental

Vera Lúcia Gonçalves Pires*

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise do desempenho dos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental nas avaliações do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE), nas edições de 2017 a 2019. O estudo faz uma correlação entre a melhoria do desempenho estudantil e as possíveis políticas implementadas pela rede. Quanto à metodologia, fez-se uma análise dos dados das avaliações externas do SIMAE, do documento “Educar Mais: junto no direito de aprender”, que representa a política macro da rede e dos relatórios das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação (Semed) no ano de 2019. Para fundamentar o estudo, foram selecionados textos de pesquisadores das áreas de gestão, formação e avaliação educacional de larga escala. Desse modo, argumenta-se, neste trabalho, que os dados das avaliações externas, a exemplo do SIMAE, fornecem informações importantes que podem e devem subsidiar tomada de decisão referente à implementação de políticas públicas educacionais capazes de promover a melhoria do desempenho dos estudantes.

Palavras-chave: SIMAE. São Luís. Desempenho estudantil. Políticas educacionais.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1990, as transformações provocadas pela globalização trouxeram à baila discussões sobre as reformas educacionais. Entre várias questões, destacaram-se a ampliação do currículo, a formação de professores e o papel do poder público como responsável pela oferta de uma educação básica universalizada e de qualidade social. Nesse sentido, ao se falar em educação, um tema que comumente vem à tona é a questão da qualidade, que, por sua vez, se encontra estreitamente associada à aprendizagem dos estudantes (REZENDE; PONTES, 2020).

Nesse contexto, as avaliações de desempenho são utilizadas para fornecer informações que podem subsidiar tomadas de decisão para a formulação e/ou a reformulação de políticas públicas educacionais capazes de promover a melhoria educacional e, conseqüentemente, elevar os indicadores de desempenho estudantil. Para tanto, é necessário que os sistemas de ensino deem as condições de acesso, permanência e promovam uma educação de qualidade social para todos os estudantes, pois aprender é um direito subjetivo e universal. O direito à aprendizagem é componente central da educação, como ressalta Chizzotti (2016, p. 562):

Aprender é o componente central da educação e um direito básico universal, reconhecido, mundialmente, pela quase totalidade dos sistemas de educação; é um direito que torna possível outros direitos e contribui para a melhor participação e inserção social.

Ainda nessa perspectiva, Freire (2000, p. 67) assinala que: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Desse modo, os indicadores educacionais passaram a integrar as agendas dos gestores educacionais como instrumentos

* Pedagoga. Universidade Ceuma, Especialista em Docência do Ensino Superior. E-mail: veragoncalvespires@yahoo.com.br

necessários à compreensão da realidade escolar, ao planejamento educacional e ao gerenciamento de recursos públicos. Como consequência, as pesquisas sobre o desempenho dos estudantes, bem como os fatores associados a ele, ganham cada vez mais visibilidade no cenário educacional.

Os indicadores são medidas específicas que revelam, numericamente, um “retrato” de dada realidade social, a partir de diferentes perspectivas, permitindo a sua organização e a tomada de decisões mais adequadas a cada contexto. Eles têm por objetivo transmitir uma informação referente a uma dimensão particular e relevante da educação, expressando-se através de números que sintetizam essa dimensão (SÃO LUÍS, 2019b).

Dessa forma, os indicadores educacionais podem trazer contribuições na medida em que têm como finalidade analisar as diversas dimensões da educação, o que abrange desde fatores internos, especificamente relacionados ao aprendizado como o clima escolar e as práticas pedagógicas, até os externos à escola, como etnia, cor, raça, escolaridade dos pais e nível socioeconômico dos estudantes. É nesse prisma que o conhecimento, a disseminação e a apropriação dos dados fornecidos pelas avaliações externas nacionais, estaduais e municipais se constituem subsídios para promover uma educação pública de qualidade com equidade.

De posse dos indicadores de desempenho estudantil e fluxo escolar, é possível, por exemplo, monitorar a evolução ou involução da qualidade do ensino ofertado pelas redes. Na atualidade, entretanto, a melhoria do desempenho estudantil continua fazendo parte das agendas dos eventos educacionais promovidos pelas redes de ensino, que têm como desafio garantir o direito de aprender a todos os estudantes.

Essa discussão vai de encontro à qualidade da aprendizagem, que, por diversos momentos, é avaliada com base em indicadores quantitativos. Quando não se atinge a meta estabelecida, a escola é criticada, muitas vezes sem que se leve em conta a complexidade do processo de ensino e aprendizagem ou o investimento na educação, seja no âmbito financeiro, organizacional ou formativo (qualificação profissional). Essa situação conduz à reflexão sobre a gestão da educação, do mais amplo nível, federal, estadual e municipal ao mais restrito, que é a própria escola.

Não obstante, tem se observado que, apesar de investimentos na educação, pouco tem se avançado no que se refere à qualidade do ensino ofertado pelas redes públicas. Essa não é uma realidade observada somente no Brasil, mas na maioria dos países da América Latina. De acordo com Castro (1999 apud SCHWARTZMAN; COX, 2020, p. 1), “a maioria dos países parece ter se deparado com um obstáculo difícil: a qualidade da educação básica não está melhorando”. Essa realidade afeta as famílias mais pobres e aumenta as desigualdades educacionais, ao impactar o destino de gerações de crianças, adolescentes, jovens e adultos que dependem da educação como forma de ascender socialmente.

É nessa perspectiva que a Secretaria Municipal de Educação de São Luís (Semed) lançou, em 2017, o “Programa Educar Mais: juntos no direito de aprender”. Esse programa tem como um de seus pilares o Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE), implementado em 2017 (SÃO LUÍS, 2017). O SIMAE é uma política pública realizada em parceria com a Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

As informações fornecidas pelo sistema de avaliação se constituem subsídios para o planejamento de ações de acompanhamento e monitoramento do ensino ofertado pela rede de São Luís. Os testes do SIMAE são compostos por itens calibrados, ou seja, itens com parâmetros conhecidos e obtidos via processo de equalização, na mesma escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Os itens são obtidos mediante a aplicação de testes de múltipla escolha elaborados a partir de uma matriz de referência que contém conhecimentos e habilidades do currículo da rede de ensino da capital maranhense comparáveis à do SAEB em Língua Portuguesa e em

Matemática. Esses itens são pré-testados em amostras representativas de estudantes do ano escolar. Assim, utiliza-se o cálculo das médias de proficiência rede/escola e sua distribuição pelos padrões de desempenho: abaixo do básico, básico, proficiente e avançado.

Com a implementação do SIMAE, o município atingiu a meta 2, estratégia 2.27 do Plano Municipal de Educação de São Luís (PME), que prevê a implementação de um sistema próprio de avaliação com o objetivo de fornecer informações para a tomada de decisões sobre a implementação de políticas públicas educacionais e para o monitoramento da qualidade do ensino ofertado pela rede para o seu público alvo, ou seja, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental regular e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As avaliações têm periodicidade anual, e na primeira edição do SIMAE, realizada em 2017, foram avaliados os estudantes do 1º, 2º, 3º, 5º, 7º e 9º anos e, nas edições seguintes, de todos os anos do Ensino Fundamental. Em 2018, além dos estudantes do Ensino Fundamental regular, foram avaliados os da EJA e a Educação Infantil. A partir daí, observou-se que a rede passou a investir na pesquisa e no estudo dos dados produzidos pela avaliação municipal. De posse das informações obtidas pelo SIMAE, foram planejadas várias ações com o objetivo de elevar os níveis de desempenho dos estudantes da rede.

Mediante tais informações, o presente estudo analisou os resultados das avaliações do SIMAE nas edições de 2017, 2018 e 2019, buscando fazer uma correlação com as políticas implementadas pela rede pública municipal de São Luís. Tendo em vista a sua natureza, fez-se um recorte para o 5º ano do Ensino Fundamental, considerando que é ao final desse ano de escolarização que os estudantes participam da avaliação do SAEB.

Conforme o exposto objetivou-se analisar a evolução do desempenho (proficiência) alcançado pelos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática nas edições de 2017 a 2019, com as políticas executadas pela rede. Desse modo, a pesquisa partiu da hipótese de que a rede municipal de ensino de São Luís, mediante os resultados do SIMAE na avaliação diagnóstica em 2017, conseguiu desenvolver ações e projetos que contribuíram para a melhoria do aprendizado observado nos dados fornecidos pelas edições 2018 e 2019.

A pesquisa é relevante na medida em que se propõe a fazer uma análise sobre o uso dos resultados das avaliações em larga escala como uma ferramenta de gestão educacional, visto que fornece subsídios para as tomadas de decisões qualificadas do ponto de vista da gestão pública. Segundo Rezende e Pontes (2020), os indicadores educacionais servem para mapear as dimensões importantes do fenômeno educacional; portanto, servem de base para tomadas de decisões qualificadas, informadas por evidências.

Dessa maneira, mostra-se o outro lado das avaliações de larga escala, que é o uso dos dados com o propósito de mapear dimensões importantes do processo educacional, dando maior segurança às tomadas de decisões. Nesse sentido, percebe-se que os sistemas de ensino estão apenas iniciando a cultura de uso das informações produzidas pelas avaliações externas como instrumento para melhoria do ensino (SOARES; CANDIAN, 2015), como é o caso de São Luís. Por conseguinte, para que cumpra essa função, os indicadores precisam ser usados de modo a contribuir para os avanços no desempenho estudantil.

Quanto à metodologia do estudo, fez-se uma análise dos dados obtidos nas avaliações de desempenho da rede pública municipal de ensino de São Luís, disponibilizados no portal do SIMAE.¹ Os dados foram coletados nas aplicações dos testes nas avaliações das edições de 2017, 2018 e 2019, disponíveis no portal do SIMAE. Já as informações sobre as ações desenvolvidas na rede foram obtidas por meio da consulta aos relatórios anuais das ações desenvolvidas pela Semed nos anos de 2017, 2018 e 2019, disponibilizados pela Assessoria técnico-pedagógica (ATP) de apoio ao gabinete do secretário municipal de Educação.

¹ <http://simae.caedufjf.net/>

Ressalta-se que, além das análises dos dados do SIMAE, foram consultados artigos e textos de pesquisadores que discutem a política de avaliação dos sistemas educacionais e o uso dos resultados da avaliação como subsídio necessário para a formulação, reformulação e implementação de políticas públicas educacionais com foco na oferta de educação de qualidade com equidade.

Entre as referências utilizadas, destaca-se a dissertação de Maria Inez Barroso Simões (2012) a respeito do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP), que apresenta um estudo sobre a experiência do Estado de Minas Gerais, cujo foco é o ciclo da alfabetização. Ademais, ressalta-se o estudo da Prof.^a Nilma Santos Fontanive (2013), que reflete sobre a divulgação dos resultados das avaliações dos sistemas escolares, trazendo para discussão a apropriação e o uso dos resultados das avaliações de larga escala pelos próprios professores das escolas.

Além disso, cabe frisar o artigo de Antonio Chizzotti (2016), que aborda a questão do direito de aprender e a avaliação formativa, uma discussão contemplada em praticamente todas as agendas educacionais. O texto do Prof. Luís Antônio Fajardo Pontes (2012) também traz à baila a discussão sobre os indicadores educacionais no Brasil e no mundo e as diversas faces da educação. Já o texto de Wagner Rezende e Luís Pontes (2020) faz uma reflexão acerca dos desafios do uso dos indicadores educacionais e os principais canais de sua divulgação no Brasil.

O artigo está organizado em três seções, além da introdução. Na primeira seção, faz-se uma contextualização acerca do campo de pesquisa, enfocando-se índices e ações referentes a avaliações externas. Na segunda seção, realiza-se uma análise do desempenho dos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa e Matemática nas avaliações do SIMAE, nas edições de 2017 a 2019. Já na terceira seção, dedica-se à análise das políticas públicas educacionais implementadas pela Semed e sua possível correlação com a melhoria do desempenho educacional no município.

2 O ENSINO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

O município de São Luís, capital do Estado do Maranhão, está localizado na região Nordeste do Brasil e foi fundado no ano de 1612. Em 1997, São Luís foi considerada, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), “Patrimônio Cultural da Humanidade”, um reconhecimento mundial relevante, decorrente da importância do município ligada à globalização e às grandes navegações. Segundo Martins (2012 apud SÃO LUÍS, 2019a, p. 9), “é um exemplo da memória que se deve preservar, tendo deixado de ser interesse apenas da comunidade local para se tornar patrimônio nacional em 1974, em reconhecimento pela sua representativa história em relação à memória brasileira”. Conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), São Luís possui uma população de aproximadamente 1.108.975 habitantes.

A rede pública municipal de educação de São Luís oferta duas etapas da educação básica, Educação Infantil e Ensino Fundamental, incluindo a EJA. Com base no Censo Escolar, em 2019, havia 67.532 estudantes matriculados no Ensino Fundamental, distribuídos em 113 escolas polos e 48 anexos — desse total, 9.158 estudantes estavam distribuídos em 234 turmas e cursaram o 5º ano do Ensino Fundamental. Além disso, 7.255 professores compõem o corpo docente da rede e desenvolvem as suas atividades no Ensino Fundamental — destes, 522 são professores do 5º ano (BRASIL, 2020).

As escolas da rede pública municipal de São Luís, desde 2005, participam das avaliações nacionais do SAEB. Essas avaliações fornecem um diagnóstico da rede e das unidades de ensino, os dados que geram constituem subsídios significativos para tomadas de decisões referentes à formulação de políticas educacionais e planejamento de ações com foco

na elevação dos indicadores de rendimento e de desempenho estudantil. Entretanto, como questiona Fontanive (2013, p. 90):

Permanece então a indagação do porquê do pouco impacto das avaliações nas salas de aula e coloca-se como a premente necessidade de fomentar pesquisas em duas direções. A primeira seria investigar as formas de apresentação dos resultados às escolas visando identificar como esses resultados estão chegando aos professores e demais membros da comunidade escolar, se, por exemplo, eles são efetivamente compreendidos e capazes de orientar processos mudanças na prática pedagógica. A outra direção da pesquisa seria verificar quais são os impactos que os resultados das avaliações em larga escala têm provocado na formação inicial e continuada dos professores, coordenadores pedagógicos e diretores das escolas.

Tendo em vista esse cenário, observou-se que várias ações de formação foram realizadas pela Semed a partir de 2015. Entre outras igualmente importantes e necessárias, destacam-se as formações sobre as avaliações processuais (internas) e de desempenho (externas), tendo como ponto de partida os dados produzidos pelas avaliações nacionais (PIRES; SILVA, 2018). Essas iniciativas representaram o esforço da rede na implementação de ações formativas, cujo foco foi o mapeamento das dificuldades de aprendizagem dos estudantes, para, a partir daí, planejar atividades de intervenção pedagógica capazes de corrigir as eventuais lacunas de aprendizagem encontradas em cada etapa avaliada.

O público alvo dessas ações foram os gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores da rede. Tais ações foram intensificadas a partir da implantação do SIMAE em 2017, daí avançou-se no processo de reflexão sobre as possibilidades do uso dos resultados das avaliações externas como diagnóstico das necessidades de aprendizagem de estudantes e como subsídios para o planejamento de atividades de intervenção pedagógica. Conforme Pires e Silva (2017, p. 1):

Nessa perspectiva, a avaliação em larga escala é uma ferramenta de gestão gerencial de rede muito importante para o planejamento educacional, por fornecer um diagnóstico da realidade, ponto de partida para elaboração de ações, estratégias, e principalmente metas a curto, médio e longo prazo.

Assim, a partir de 2015, nota-se, mediante dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) disponibilizados na tabela 1, que a rede pública municipal de ensino de São Luís iniciou um avanço no desempenho estudantil, o que pode estar relacionado ao esforço em realizar encontros formativos com gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores para análise, discussão e uso pedagógico dos resultados obtidos pelas escolas nas avaliações nacionais e no planejamento. Nesse prisma, apresenta-se, na tabela 1, o Ideb da rede pública municipal de ensino de São Luís nas edições de 2013 a 2019, para observar melhor o avanço ao longo do tempo.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb São Luís (2015-2019)

Etapa	2013		2015		2017		2019	
	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta
Anos iniciais	4,1	4,7	4,5	5,0	4,6	5,2	5,1	5,5

Fonte: Brasil (2018b).

A partir de 2015, as oficinas realizadas pela administração centrada da Semed, coordenadas pelo setor de avaliação educacional, tiveram como temática as análises dos dados fornecidos pelas avaliações do SAEB, como subsídios para a gestão do ensino e da aprendizagem. Nessas formações, as escolas eram organizadas em pequenos grupos, chamados núcleos. Esses núcleos são compostos por um conjunto de escolas, agrupadas conforme a localização geográfica dessas unidades de ensino — por exemplo: as escolas da zona rural fazem parte do Núcleo Rural. Esses encontros contaram com a participação de boa parcela dos profissionais da educação de São Luís, conforme se pode analisar pelos dados apresentados na tabela 2.

Tabela 2 – Encontros Formativos realizados para análise e estudo dos dados das avaliações externas (2015 e 2016)

	Quantitativo de encontros		Quantitativo de participantes	
	2015	2016	2015	2016
Professores do 5º ano do EF	06	04	505	487
Gestores escolares	06	04	145	156
Coordenadores pedagógicos	06	04	145	166
Equipe técnica da Semed	08	06	29	39

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

É possível que ações de formação realizadas pelo setor de avaliação educacional — cujo público alvo foi professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e técnicos, responsáveis pelo acompanhamento técnico-pedagógico às escolas — tenham contribuído para avançar o processo de planejamento de projetos, programas e ações pedagógicas tendo como subsídio o uso das avaliações externas nacionais, o que pode ter resultado no avanço do desempenho dos estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental (PIRES; SILVA, 2018).

Afinal, os resultados do SAEB fornecem indícios relevantes sobre as dificuldades de aprendizagem e podem subsidiar as políticas públicas educacionais capazes de promover a inclusão educacional e, por conseguinte, o bem-estar social. Assim, em 2015, na reformulação do Plano Municipal de Educação (PME), a Semed aproveitou a oportunidade para melhorar o texto sobre avaliação, deixando clara a necessidade da implementação do sistema próprio de avaliação do município de São Luís. Nessa perspectiva, na próxima seção, demonstra-se o desempenho dos estudantes nas edições do SIMAE de 2017 a 2019.

3 O SIMAE E OS DADOS DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NAS EDIÇÕES DE 2017 A 2019

Partindo-se do pressuposto de que avaliar é testar o direito fundamental de todos os estudantes de aprender (OLIVEIRA, 2009), foi implementado, no ano de 2017, o SIMAE, um sistema próprio de avaliação educacional, tendo em vista o direito à aprendizagem de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos ludovicenses. Foi nessa perspectiva que a rede pública municipal de ensino de São Luís realizou a primeira avaliação diagnóstica. Nessa primeira edição, foram aplicados testes de Língua Portuguesa e Matemática para os estudantes do 1º, 2º, 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, já nas edições de 2018 e 2019, foram avaliados todos os estudantes de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Na tabela 3, apresenta-se o indicador de participação dos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental nas avaliações do SIMAE nas edições de 2017 a 2019. Esse indicador é importante por se tratar de uma avaliação censitária. Quanto maior a participação igual ou superior a 80% do total de estudantes previstos, os resultados dos testes são mais representativos da realidade da rede (SÃO LUÍS, 2019b). Na tabela, é possível observar o número de estudantes previstos e o número de estudantes efetivamente avaliados.

Tabela 3 – Participação dos estudantes do 5º ano do ensino fundamental nas avaliações do SIMAE (2017-2019)

Edição	Estudantes previstos	Estudantes efetivos	Percentual de participação
2017	8.644	6.181	71,5%
2018	8.869	7.676	86,5%
2019	9.086	8.106	89,2%

Fonte: São Luís (2019b).

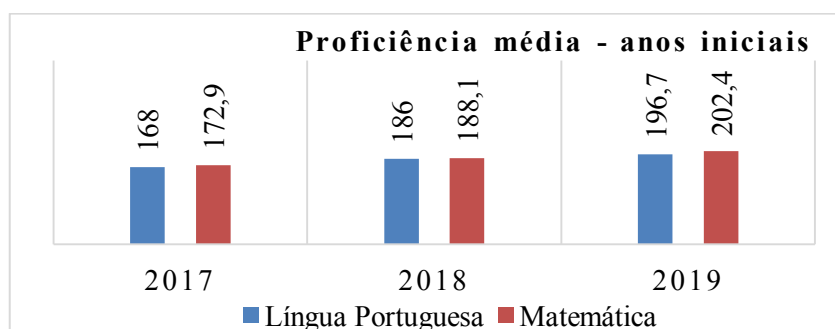
Quanto à participação dos estudantes nas avaliações, observa-se um crescimento da edição do SIMAE de 71,5%, em 2017; para 89,2%, em 2019. Portanto, um crescimento de 17,7%. Essa comparação entre os resultados é importante, tanto para a escola quanto para a rede, pois demonstra a construção de uma cultura de avaliação que passa a ser bem quista pelos estudantes da rede.

Já o indicador de desempenho estudantil é indispensável para a compreensão do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que, de modo objetivo e sintético, ele revela numericamente a realidade educacional avaliada e permite a sua organização e a tomada de decisões mais adequadas a cada contexto escolar. Já a proficiência média corresponde à medida do desenvolvimento cognitivo dos estudantes, obtida a partir da modelagem estatística da Teoria de Resposta ao Item (TRI).

No tocante à proficiência média da rede pública de ensino de São Luís, corresponde à média aritmética da medida de desempenho (proficiência) alcançada pelos estudantes da rede como um todo, em cada componente curricular (Língua Portuguesa e Matemática) e etapa de escolaridade avaliada — neste estudo, especificamente, no 5º ano do ensino fundamental. A escala de proficiência do SIMAE do 5º ano é a mesma utilizada pelo SAEB, cuja variação vai de 0 a 500 pontos.

Assim, no gráfico 1, apresenta-se a média da proficiência alcançada pelos estudantes da rede pública de ensino de São Luís nas edições de 2017, 2018 e 2019 do SIMAE, observando-se o nível de desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática.

Gráfico 1 – Proficiência média em Língua Portuguesa e Matemática – SIMAE (2017-2019)



Fonte: São Luís (2019b).

Os dados observados no gráfico 1 mostram uma melhora educacional na rede pública municipal de São Luís nos anos iniciais. Esse diagnóstico representa um detalhamento do conjunto de habilidades que os estudantes já desenvolveram. Pode-se refletir que, à proporção que os estudantes avançam nos níveis da escala, o desenvolvimento cognitivo avança e o nível de complexidade das tarefas que os estudantes conseguem desenvolver é maior, o que indica domínio das habilidades anteriores na escala.

Entretanto, ao fazer essa análise, é preciso ficar atento aos estudantes que se encontram abaixo da média da rede, eles precisam de uma atenção especial para conseguirem acompanhar os demais, sendo necessária a tomada de decisão, no sentido de planejar e desenvolver ações pedagógicas que visem superar as dificuldades e corrigir as eventuais lacunas de aprendizagem diagnosticadas para que os estudantes prossigam os estudos com sucesso. De acordo com Fontanive (2013, p. 96), os professores precisam perceber sua prática pedagógica representada nesses resultados, com vista à melhoria do desempenho dos estudantes, “fazendo efetivamente um uso formativo dos seus resultados”.

Analisando as informações do gráfico 1, verifica-se um crescimento nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática nas três edições do SIMAE nos anos iniciais. Observa-se que, em Língua Portuguesa, o crescimento da edição de 2017 para 2018 é de 18 pontos, e de 2018 para 2019 é de 10,7, sendo registrado ainda um crescimento de 28,7 pontos de 2017 para 2019, entretanto não houve mudança no padrão de desempenho, permanecendo no padrão básico. Em Matemática, observa-se o crescimento de 15,2 pontos de 2017 para 2018 e de 15,2 da edição de 2018 para 2019, sendo também registrado um crescimento de 29,5 pontos e mudança do padrão de desempenho abaixo do básico para o básico.

De acordo com esses dados, os estudantes que concluíram os anos iniciais em 2018 conseguiram um desempenho melhor do que a geração de estudantes que concluiu os anos iniciais em 2017. Do mesmo modo, a geração de estudantes que concluiu os anos iniciais em 2019 obteve um desempenho melhor do que a geração que concluiu em 2018. É notório que houve crescimento da proficiência municipal média no período. Porém, parece importante que esses resultados sejam estudados de forma mais criteriosa por todos os atores da escola, pois, de posse do diagnóstico, inicia-se um processo fundamental, que é a interpretação pedagógica dos resultados a partir da escala de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática, na qual tais médias são ancoradas.

É a escala que vai dizer em que etapa do desenvolvimento cognitivo os estudantes se encontram, quais habilidades já desenvolveram e quais ainda precisam ser trabalhadas para que os estudantes prossigam os seus estudos com êxito. Outra consideração em relação às médias é que esse indicador contribui para o acompanhamento e monitoramento da qualidade da educação ofertada pelas escolas da rede, especialmente quando se observa a sua evolução entre os anos de avaliação sucessivos, que é o caso das avaliações do SIMAE.

Nesse sentido, vale destacar que com base nas expectativas de aprendizagem para cada ano, etapa de escolaridade e nas projeções educacionais estabelecidas pelo SIMAE, à distribuição do percentual dos estudantes pelos padrões de desempenho, é uma informação relevante e necessária na interpretação pedagógica dos dados.

Os padrões são intervalos da escala de proficiência correspondentes ao desenvolvimento de determinadas habilidades e competências, nos quais estão alocados estudantes com desempenho similar. Os padrões podem ser caracterizados como um bloco de níveis de proficiência. Os intervalos correspondem a cada padrão de desempenho estabelecido pela Semed São Luís, e cada um desses padrões corresponde a um conjunto de tarefas que os estudantes são capazes de realizar, de acordo com as habilidades que consolidaram ou desenvolveram.

É nesse sentido que se percebe o tamanho do desafio da rede municipal de ensino de São Luís, pois, assim como as demais redes de ensino e escolas, já reconhece a importância

dos indicadores educacionais para a construção de um bom diagnóstico sobre os problemas enfrentados. Contudo, para fazer uso dessas informações, é necessária uma análise detalhada desses indicadores. De tal modo, quando os resultados chegam às escolas, é preciso que sejam inseridos no planejamento de formação continuada de todos os professores, sendo essencial a interpretação pedagógica das escalas de proficiência (OLIVEIRA, 2009).

Cabe salientar que a apropriação dos resultados das avaliações em larga escala pode promover impacto na prática docente, trazendo ganhos significativos para as aprendizagens. No entanto, como afirma Fontanive (2013, p. 83), “apesar da enorme quantidade de dados coletados e divulgados, parecem não ter sido capazes de provocar as mudanças esperadas no cotidiano da relação professor-aluno-aprendizagem.”. Assim, é importante realçar que não basta só avaliar, é necessário fazer uso das informações produzidas.

Nesse sentido, a interpretação pedagógica dos resultados passa por alguns percursos possíveis e significativos, e um bom percurso vai produzir um bom diagnóstico, um bom relatório, um bom mapeamento da escola e da sala de aula, o que, por sua vez, vai dar base para o encaminhamento de uma boa intervenção pedagógica. Na tabela 4, é apresentada a distribuição dos estudantes da rede de ensino de São Luís pelos padrões de desempenho nas edições de 2017 a 2019 do SIMAE, um conhecimento necessário aos professores, responsáveis pelo planejamento das atividades de intervenção pedagógica.

Tabela 4 – Proficiência dos estudantes de São Luís em Língua Portuguesa e em Matemática por padrão de desempenho (2017-2019)

Disciplina	Abaixo do básico			Básico			Proficiente			Avançado		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Língua Portuguesa	37,8	23,3	16,4	38,9	39,9	39,1	19,3	27,4	30,5	4,1	9,4	14,0
Matemática	53,1	38,9	26,0	34,4	42,2	45,3	11,1	16,8	23,9	1,4	2,1	4,8

Fonte: São Luís (2019b).

Ao analisar os dados da tabela 3, referentes à distribuição dos estudantes por padrão de desempenho estudantil, observa-se que, ao longo dos anos, os estudantes do 5º ano estão saindo dos padrões de desempenho mais baixos (abaixo do básico e básico), aumentando os percentuais nos padrões mais alto da escala (proficiente e avançado). De acordo com esses dados, nota-se que, em 2017, 76,7% e 87,5% dos estudantes — respectivamente, em Língua Portuguesa e em Matemática — se encontravam alocados nos padrões abaixo do básico e básico. Já na edição de 2019, esse percentual caiu para 55,5% em Língua Portuguesa e 71,3% em Matemática. Isso significa que a rede vem apresentando uma melhora no indicador de desempenho estudantil, tanto no componente de Língua Portuguesa quanto no de Matemática. Entretanto, percebe-se que é necessária a conjugação de esforços das escolas da rede, no sentido de implementar projetos e programas para os estudantes que têm carência de aprendizagem em relação às habilidades previstas, não demonstrando um desenvolvimento adequado das habilidades esperadas para essa etapa de ensino.

Desse modo, é importante salientar que não basta à rede produzir e divulgar os resultados das avaliações é preciso criar condições para que esses dados sejam analisados e incorporados pelos professores e demais atores escolares nas reflexões e práticas pedagógicas que visem à melhoria do desempenho estudantil. O trabalho de análise dos dados das escolas deve ocorrer de forma colaborativa e reunir todos os envolvidos com a aprendizagem dos

estudantes, uma vez que as ações propostas não serão responsabilidade de um indivíduo, e sim de todos os membros da equipe pedagógica e gestora.

Para que o direito à educação seja efetivamente assegurado, é preciso a conjugação de esforços de todos para que a relação entre população e sistema educacional seja estabelecida mediante o compromisso com o atendimento à população em idade escolar e a melhoria do desempenho dos estudantes. Esse compromisso passa pela garantia do acesso à escola e da eficiência do sistema escolar, isto é, além do acesso à matrícula, os estudantes precisam permanecer e aprender na escola.

Outro ponto importante dessa análise é a observação do marco sobre o que a rede e a escola podem fazer para alcançar os padrões de desempenho proficientes de acordo com as expectativas de aprendizagem para cada ano de escolarização e/ou etapa de ensino. Conforme a proficiência alcançada no teste, o estudante apresenta um perfil que permite colocá-lo em um dos padrões de desempenho. Dessa maneira, os estudantes alocados nos padrões abaixo básico e básico sinalizam para a necessidade de ações de intervenção pedagógica. Já os dois últimos padrões proficientes e avançados são considerados desejáveis. Por conseguinte, em uma mesma turma e escola, é possível ter vários estudantes em cada um dos padrões de desempenho.

A partir da análise dos padrões, foi possível verificar em qual situação a rede e a escolas de São Luís se encontram em relação à aprendizagem desejada/satisfatória, bem como o quanto falta nesse percurso para chegarem ao padrão de desempenho proficiente e quais práticas de ensino podem ser estabelecidas para que os estudantes possam alcançar o padrão adequado. É nesse sentido, segundo Oliveira, que a interpretação pedagógica das escalas de proficiência “é necessária à medida que explicam o conjunto de habilidades essenciais e básicas que os estudantes já dominam, e em que fase intermediária se encontra em relação às habilidades não consolidadas.” (informação verbal)².

De posse desse conhecimento a respeito dos dados quantitativos medidos sobre o desempenho cognitivo dos estudantes, somadas às informações qualitativas advindas das experiências dos professores e dos demais atores educacionais, a escola pode mapear as problemáticas dessa complexa realidade e promover ações pedagógicas necessárias, visando à efetiva aprendizagem e, conseqüentemente, à melhoria do desempenho dos seus estudantes.

Quanto às informações sobre a distribuição dos estudantes por padrão de desempenho, devem subsidiar as discussões acerca das proficiências alcançadas pelos estudantes. Essa distribuição pode ser representada por números absolutos e por percentual. Nesse sentido, é importante que os professores tenham conhecimento de quantos estudantes se encontram em cada padrão de desempenho e o que eles são capazes de realizar, tendo como base a descrição de cada padrão — por exemplo, os estudantes que se encontram no padrão básico são capazes de realizar mais tarefas do que os estudantes que estão no padrão abaixo do básico.

Essa interpretação pedagógica dos dados é imprescindível para o monitoramento da equidade da oferta educacional em sua rede, ao se constatar que os dois últimos padrões (proficiente e adequado) são considerados desejáveis, enquanto os dois primeiros (abaixo do básico e básico) sinalizam a necessidade de ações de intervenção pedagógica (SÃO LUÍS, 2019b).

Pode-se refletir, a partir das análises, que a função do gestor educacional da rede e da escola exige o tempo todo tomada de decisões que vão impactar direta ou indiretamente na vida dos estudantes, pois tomar decisões requer embasamento e dados que possam revelar as características e as necessidades de cada contexto, visto que as ações gerenciais ou pedagógicas que não consideram os dados e as evidências que esses dados revelam podem

² Entrevista concedida pela Prof.^a Lina Kátia Mesquita de Oliveira ao Canal do *YouTube* “Curso de Especialização em Estatísticas e AE”, em setembro de 2020.

incorrer na perda de tempo, direcionamentos equivocados, desperdício de recurso público, entre outros.

Portanto, com essas informações produzidas pelas avaliações do SIMAE, a rede tem subsídios para o gerenciamento do ensino, implementação de políticas públicas educacionais focadas na aprendizagem dos estudantes, além de possibilitar o acompanhamento e monitoramento da qualidade do ensino ao longo do tempo. Quanto aos gestores das escolas e aos gestores de salas de aula, esse diagnóstico pode contribuir para as tomadas de decisões referentes ao planejamento pedagógico, adoção de metodologia de ensino em sala de aula e formação continuada de professores.

Os resultados do SIMAE, divulgados anualmente propiciaram, assim, a produção de um diagnóstico sobre a educação ofertada pelas escolas da rede municipal de ensino de São Luís. Nesse sentido, segundo Silva (2013, p. 1), “parece fundamental que os resultados das avaliações cheguem às escolas, aos educadores e a toda a comunidade educacional, não devendo ficar restritos apenas aos setores técnicos das Secretarias de Educação”. Entretanto, apesar de notório o potencial das avaliações sistêmicas, como uma política pública indutora de transformações educacionais que vislumbram a garantia do direito de aprender de todos os estudantes, é necessário fazer algumas observações importantes.

A esse respeito, Silva (2013, p. 13) explica o seguinte:

[...] destacamos aqui algumas características que chamam a atenção naquilo que podem favorecer uma maior apropriação das avaliações externas em âmbito escolar como o desenho da política de avaliação adotada e de forma especial, a estratégia de divulgação dos resultados. Duas perspectivas bastante distintas emergiram na pesquisa: desenhos de avaliação externa que procuram divulgar ao conjunto da sociedade os resultados aferidos por suas escolas e os sistemas que optam em divulgar os resultados apenas às escolas, de forma individualizada. Embora tais perspectivas não tenham sido objeto de uma análise mais detida, diversos atores escolares e mesmo gestores de Secretarias de Educação afirmaram o sentimento de desconforto em relação à divulgação ampla - e, não raro, superficial - dos resultados.

É dessa perspectiva que as redes de ensino e escolas precisam desenvolver estratégias mais criativas e formativas de divulgação dos resultados das avaliações externas. Assim, parece fundamental, que o estudo dos dados da avaliação externa, seja incorporada a formação continuada do gestor educacional e equipe técnica da administração central da Semed, dos gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores. Pois, só de posse do conhecimento e apropriação das informações sobre os dados, esses atores educacionais poderão intervir e promover as mudanças necessárias no processo de ensino e aprendizagem.

Desse modo, na próxima seção, faz-se uma correlação da melhoria educacional de São Luís com as ações estruturantes do “Programa Educar Mais: juntos no direito de aprender”, política macro da Semed implementada em 2017, após o diagnóstico da avaliação do SIMAE — foco precípuo deste estudo.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS PELA SEMED

De modo geral, observa-se com este estudo que as avaliações do SIMAE não parecem ser confundidas com a própria tradução de uma política educacional, mas podem ser vistas como indutoras de transformação na gestão do ensino da rede e maior qualificação do trabalho escolar. É nessa perspectiva que se abordam as principais ações e políticas

implementadas pela rede municipal de ensino de São Luís, após o diagnóstico fornecido pelo SIMAE, em 2017.

Nesse prisma, considera-se importante o conhecimento mais acurado das ações desenvolvidas pela rede que têm relação direta com práticas relacionadas à tomada de decisões gerenciais e pedagógicas que impactam no processo de ensino e aprendizagem — o que pode trazer contribuições à prática das escolas para que o trabalho pedagógico seja cada vez mais eficaz (SIMÕES, 2012).

Desse modo, visando identificar as ações que podem ter contribuído para o avanço do desempenho dos estudantes, analisou-se, além do documento “Educar Mais: juntos no direito de aprender”, os relatórios das ações desenvolvidas pela Semed nos anos de 2017 a 2019.

De fato, há registro de que o diagnóstico sobre o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática subsidiou a gestão municipal na elaboração da política macro, um programa denominado “Educar Mais: junto no direito de aprender”. Esse programa representa a política educacional da rede, sendo constituído por oito eixos: gestão, avaliação, currículo, formação continuada, acompanhamento pedagógico, infraestrutura, tecnologia e relação escola-comunidade (SÃO LUÍS, 2017).

O Programa “Educar Mais: juntos no direito de aprender”, implantado em 2017, foi o passo primordial para Semed, que ciente dos desafios necessários a enfrentar para melhorar a qualidade da educação ofertada a seus estudantes do Ensino Fundamental, com foco nos anos iniciais, de modo especial na alfabetização e letramento, implementou ações em todas as áreas da gestão educacional para garantir a qualidade social da educação, tais como: melhorias na rede física das escolas, aquisição de máquinas copiadoras com garantia de material necessário para as cópias, melhoria no acervo das Bibliotecas Escolares, escolha democrática dos Gestores Escolares, valorização dos profissionais da educação com melhoria salarial, aquisição de material escolar na área de Matemática, formação continuada em Gestão da Equipe da alta direção da SEMED, dos Gestores escolares e dos Coordenadores Pedagógicos, dentre outras.

No quadro 1, destacam-se as ações estruturantes da política da rede relacionadas ao desempenho dos estudantes 5º ano do Ensino Fundamental.

Quadro 1 – Ações implementadas pela rede municipal de educação de São Luís (2017-2019)

Ação	Período	Público alvo	Abrangência
Implantação de um sistema próprio de avaliação educacional (SIMAE).	2017-2019	Estudantes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e EJA, professores, gestores escolares e coordenadores da educação infantil.	Toda a rede.
Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) São Luís.	2017 - 2020	Professores dos anos iniciais e técnicos responsáveis pelo acompanhamento técnico-pedagógico às escolas.	Professores do 1º, 2º, 3º e 5º ano do ensino fundamental.
Reformulação e fortalecimento da Política de Acompanhamento e Monitoramento às escolas da rede.	2017-2018	261 escolas da rede.	Toda a rede.
Reformulação da política de Formação Continuada dos professores, coordenadores pedagógicos e gestores	2017-2018	Gestores escolares, coordenadores pedagógicos professores.	Toda a rede.

escolares.			
Reformulação do currículo da rede alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).	2017-2019	Todos os estudantes da rede.	Toda a rede.
Realização de oficinas de análise e apropriação dos resultados do SIMAE.		Equipe técnico-pedagógica, gestores escolares e coordenadores pedagógicos.	Toda a rede.
Realização do Dia “D” da Avaliação (foco nas escolas).	2017-2020	Comunidade escolar.	As 261 escolas da rede e comunidade escolar.

Fonte: São Luís (2019c).

O baixo desempenho dos estudantes nos anos iniciais, revelado na primeira avaliação diagnóstica do SIMAE, levou a Semed a tomar decisão no sentido de dar celeridade às ações consideradas estruturantes para melhorar o desempenho estudantil nessa etapa da educação básica.

Destaca-se neste estudo: a implementação do SIMAE como política estratégica para transformar a educação em prioridade não só para a rede, mas para toda a comunidade escolar; a reformulação do currículo alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC); a reformulação da política de formação dos profissionais de educação; a implementação do PIP São Luís; a reestruturação e o fortalecimento da Política de Acompanhamento e Monitoramento Técnico-Pedagógico às escolas, conforme se observa no quadro 1.

O esforço para alinhar o currículo à BNCC foi uma tarefa desafiadora para todas as redes de ensino, bem como para o município de São Luís. A reformulação do currículo foi uma ação importante, tendo em vista que a BNCC é um documento orientador do ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, que estabelece os objetivos de aprendizagem correspondente a cada ano de escolarização e etapa escolar, considerando igualmente as particularidades regionais de cada localidade.

Assim, de acordo com os relatórios das ações desenvolvidas a partir de 2017, logo após a realização das oficinas de análise e apropriação dos resultados da avaliação, realizadas pelas escolas com a orientação da administração central, a Semed deu continuidade às atividades de reformulação do currículo. No primeiro momento, solicitou-se às escolas que enviassem representantes de professores por área de conhecimento e ano de escolarização, indicado pelos gestores escolares. Posteriormente, os grupos já formados deram início aos estudos, discussões e escrita/rescrita do documento.

Em um segundo momento, além do envio do documento preliminar às escolas para análise e contribuições, foram realizados encontros formativos para o debate do documento, organizado pelo setor de currículo da Semed. Nessa ocasião, os textos ainda em versão preliminar foram socializados e passaram pela análise reflexiva do secretário municipal, especialistas da Semed e setores vinculados à Secretaria Adjunta de Ensino; na sequência, foram enviados ao Conselho Municipal de Educação (CME). Para realizar esse trabalho, a rede buscou parcerias com outras instituições, a exemplo da Fundação Lemann; com isso, o município de São Luís avançou nos trabalhos referentes à reformulação do currículo, cuja consolidação ocorreu no final de 2019, após consulta pública e aprovação do CME.

Segundo Fernandes e Freitas (2007, p. 6):

Há diversidade nas reflexões teóricas, porque há diversidade de projetos curriculares nos sistemas, nas escolas. Esse movimento, do nosso ponto de

vista, enriquece o debate [...] uma vez que a proposta de discussão sobre concepção curricular passa pela necessidade de constituir a escola como espaço e ambiente educativos que ampliem a aprendizagem, reafirmando-a como lugar do conhecimento, do convívio e da sensibilidade, condições imprescindíveis para a constituição da cidadania.

Desse modo, a reformulação do currículo representa uma ação importante da rede de ensino de São Luís, que implica o desenvolvimento de um currículo pelas unidades escolares em consonância com o seu projeto político-pedagógico, alinhado à BNCC. Na reflexão sobre a importância dessa ação, Fernandes e Freitas (2007, p. 9) assinalam que a reflexão em torno do currículo “está instalada como tema central nos projetos político-pedagógicos das escolas e nas propostas dos sistemas de ensino, assim como nas pesquisas, na teoria pedagógica e na formação inicial e permanente dos docentes.”

Nesse sentido, o caráter transversal e ampliado das competências da BNCC atua como uma bússola orientadora que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados os seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Essa perspectiva é adotada pela BNCC e traduzida na mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018a).

A política de formação continuada dos professores e demais profissionais da educação, também é um pilar fundamental do “Programa Educar Mais: junto no direito de aprender”. Nos relatórios anuais da Semed, verificou-se que, a partir dos dados do SIMAE, foi feito encaminhamentos no sentido de melhorar o processo de formação de professores, gestores escolares e coordenadores pedagógicos, no que se refere às temáticas das formações, à carga horária da formação em serviço, à garantia de tempo e espaço para realização das formações em serviço e em rede.

Dessa forma, após estudo e análise dos dados do SIMAE em 2017, a Semed iniciou a reformulação do documento que sistematiza a política de formação da rede. Essa ação foi coordenada pelo Centro de Formação do Educador (CEFE) com a participação de todos os setores da administração central da Semed e, sobretudo, com a participação das escolas. Nesse sentido, a rede, visando fortalecer a política de formação continuada, firmou parcerias com instituições formadoras de referência, como o Instituto Mathema, a Fundação Lemann, o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), o Instituto Gazzola e outras.

Observou-se, também, que esse documento foi reformulado a partir do fomento dos dados do SIMAE sobre as dificuldades de aprendizagem dos estudantes. O debate em torno desses dados foi realizado com a participação de especialistas da própria rede por área de conhecimento e professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares. Concluído em 2019, sintetiza de maneira organizada e sistêmica a formação de todos os profissionais da educação da rede.

Em relação ao tempo e espaço físico, foram enviadas às escolas orientações referentes ao tempo destinado à formação em serviço dos professores na própria escola e fora dela, inclusive garantidos no calendário escolar. Quanto ao espaço físico para a realização das formações continuadas da rede, reformou-se um prédio público para funcionamento do CEFE, espaço destinado à formação continuada dos profissionais de educação da rede — em especial dos professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares.

Outra ação que representa uma iniciativa e desafio do trabalho educativo da rede diante do baixo desempenho dos estudantes nos anos iniciais foi à implementação, no final de 2017, do Plano de Intervenção Pedagógica - PIP São Luís, cujo objetivo primordial é garantir que todas as crianças do município com até 7 anos de idade (inicialmente com até 8 anos)

saibam ler e escrever, com o foco claro na alfabetização dos estudantes no tempo certo. Visando dessa maneira, obter um nível de aprendizagem indispensável à continuidade dos estudos de forma satisfatória para todos os estudantes matriculados nos anos iniciais, com foco no ciclo de alfabetização 1 (1º ao 3º ano). O PIP São Luís foi concebido a partir da experiência de Minas Gerais com o Programa de Intervenção Pedagógica/Alfabetização no Tempo Certo, implementado no período de 2007 a 2014, e que foi decisivo na melhoria da aprendizagem dos estudantes e, conseqüentemente, na melhoria dos resultados educacionais do Ensino Fundamental do Estado observado nas avaliações estaduais e nacionais do SAEB. O PIP do Estado de Minas Gerais, portanto, foi concebido como uma das políticas públicas mais importantes a serem implementadas na área educacional. Essa política está diretamente relacionada com a alfabetização das crianças nessa etapa de escolaridade (SIMÕES, 2012).

O PIP São Luís também tem como foco a formação de professores alfabetizadores, que consiste em um plano de formação continuada com abrangência a 3.869 professores que atuam no 1º ao 5º do Ensino Fundamental, sendo 522 só do 5º ano do Ensino Fundamental. O ponto de partida da formação desses professores é o estudo dos dados sobre o desempenho dos estudantes nas avaliações externas do SIMAE e, as diretrizes, princípios e metodologia do PIP, discutidos e enriquecidos pela experiência dos professores da rede de ensino de São Luís, considerando a realidade e as necessidades do município.

O desafio da rede é garantir que todos os estudantes, em todo o município, adquiram as mesmas aprendizagens essenciais, independente de condições econômicas e classe social, e para isso os dados oriundos das avaliações são importantes na medida em que elas fornecem as informações necessárias para que um diagnóstico seja feito tendo em vista os objetivos de aprendizagem, delineados no currículo da rede. De posse da apropriação dos resultados do SIMAE, o próximo passo é o planejamento das atividades de intervenção pedagógica para os estudantes que se encontram nos padrões de desempenho abaixo do básico e básico. De acordo com Silva (2013, p. 2):

Abre-se, assim, outra perspectiva de análise e intervenção ao investigarmos a recepção desse tipo de avaliação por parte de atores escolares e a pertinência de sua apropriação e uso em um sentido mais pedagógico, uma questão ainda pouco explorada na literatura nacional.

Para que o Plano de Intervenção Pedagógica - PIP São Luís tivesse a efetividade e sucesso, bem como as outras ações delineadas pela Semed, foi necessário promover uma profunda transformação na sala de aula e na escola, para isso, reestruturou-se a Política de Acompanhamento e Monitoramento Técnico-Pedagógico às escolas com o objetivo fortalecer uma visão comum a todo o município com princípios e diretrizes claras sobre a política de educação da rede e dar suporte pedagógico as escolas articulando as equipes escolares, agentes da mudança, engajados e formados continuamente para priorizar esforços e garantir a transformação necessária da prática pedagógica, vislumbrando a melhora do desempenho dos estudantes.

Essa equipe é formada por pedagogos vinculados à Superintendência do Ensino Fundamental e EJA da Semed. O trabalho dessa equipe consiste em acompanhar e monitorar o trabalho pedagógico realizado pelas escolas, auxiliando na formação em serviço dos professores e orientando as atividades pedagógicas cujo foco é a aprendizagem dos estudantes.

Essa ação é importante para o êxito de políticas orientadas para a capacitação e a mudança cultural dos profissionais da educação, além de propor ajustes decorrentes da própria resistência dos profissionais à forma mais propriamente tecnocrática de realização dessas políticas (BURGOS, 2020). Por esse ângulo, percebe-se que é imperativo que as secretarias de educação percebam que precisam estruturar as políticas de gestão de modo que possam

apoiar o processo de construção de fortalecimento de formas mais horizontais de controle da responsabilidade profissional, tendo por princípio o bom uso dos resultados da avaliação externa (SIMÕES, 2012).

Nessa lógica, é importante observar as possibilidades de buscar alternativas que tornem as políticas de intervenção pedagógicas mais dinâmicas e cooperativas, além de uma maior democratização das práticas exitosas das políticas implementadas pela rede. Portanto, o suporte pedagógico disponibilizado pelas secretarias de profissionais bem informados para auxiliar as equipes escolares no trabalho pedagógico é fundamental para a efetivação e o sucesso das ações planejadas e desenvolvidas pelas escolas e pela rede. Nesse sentido, a gestão, tanto na escola como no âmbito das secretarias de educação, desempenha um papel de suma importância para que isso aconteça. Conforme Rezende e Pontes (2020, p. 2):

A gestão é responsável por organizar o trabalho colaborativo na escola, o gestor é o canalizador e disseminador dessas informações, orientando como podem ser utilizadas para dar base ao planejamento pedagógico e incorporando-as como parte do planejamento da gestão.

Desse modo, parece recomendável que os técnicos da administração central da Semed, responsáveis pelo acompanhamento técnico-pedagógico às escolas, com o intuito de fortalecer e potencializar o trabalho de gestão pedagógica auxilie e oriente os gestores escolares, no sentido de apoiar e alinhar o trabalho pedagógico para garantir o cumprimento do currículo. Assim, a gestão pedagógica da escola é fortalecida e tem condições de orientar melhor os professores, promover o debate em torno dos dados obtidos pela instituição escolar e planejar de maneira colaborativa. Essas ações implicam um trabalho de construção de uma cultura avaliativa, para além de só avaliar estudantes, exigindo o comprometimento de todos os atores da escola, mas, principalmente, dos professores que são resistentes e desconhecem o potencial de trabalho das avaliações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo educativo é complexo e fortemente marcado pelas variáveis pedagógicas e sociais, entende-se que os dados produzidos pelas avaliações são subsídios importantes e necessários para o desenvolvimento de políticas educacionais que podem e devem contribuir para melhorar o desempenho cognitivo dos estudantes das redes de ensino. Ações planejadas a partir dos dados produzidos por essas avaliações, que revelam em qual ano e/ou etapa concentram o maior desafio da rede e das escolas, demandando mais recursos financeiros e humanos, tendem a ter êxito.

É com essa perspectiva que se estudou a correlação do desempenho dos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental com as políticas desenvolvidas pela rede de ensino de São Luís. De fato, a hipótese de que a melhora educacional observada nas avaliações nas edições de 2018 e 2019 do SIMAE tem como sustentação as políticas implementadas pela rede. Sendo assim, para Silva (2013, p. 4):

Independente [*sic*] das motivações que as políticas de avaliação em larga escala tenham, diferentes objetivos e expectativas atreladas às avaliações externas podem se apresentar como dois lados de uma mesma moeda, ou seja, melhorar progressivamente os resultados implica – de alguma forma – em tentar modificar e aperfeiçoar práticas de ensino e modos de organização escolares.

Em contrapartida, também foi observado que o avanço no desempenho educacional ainda não é o desejado. Faz-se necessário o funcionamento, a constância e a efetividade das políticas implementadas diante do grande desafio da rede de retirar um quantitativo significativo de estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental, último ano dos anos iniciais, que ainda se encontram alocados nos padrões de desempenho mais baixo das escalas de proficiência, tanto de Língua Portuguesa quanto de Matemática.

Evidentemente, a educação é um processo complexo, e essa complexidade precisa ser respeitada e preservada, mas é notório também que a avaliação externa não pode mais ser vista apenas como um instrumento de manipulação, acentuação das desigualdades, punição e responsabilização e/ou apenas para reflexão da educação. Ao contrário, são os resultados das avaliações que revelam que as crianças e jovens ainda não atingiram o nível de desempenho mínimo satisfatório, o que deve ser uma preocupação das redes de ensino.

Essas avaliações não têm como objetivo abarcar todo o currículo ou saber de todos os possíveis resultados de uma educação complexa, mas avaliar um recorte significativo do currículo, que corresponda às competências e habilidades consideradas essenciais para serem consolidadas pelos estudantes em cada ano e etapa de escolarização. Desse modo, é possível fornecer informações sobre o processo de ensino e aprendizagem, que pode subsidiar uma tomada de decisão que vise à melhoria educacional.

Em contraparte, os resultados das avaliações não podem ser à base de uma linguagem entendida por poucos profissionais dentro de uma rede, mas por todos os atores educacionais, em especial pelas escolas. De posse dessas informações, o coletivo da escola pode tomar decisões mais qualificadas e assertivas, com base em evidências. Então, é imprescindível para os professores a apropriação do conhecimento sobre as matrizes de referência das avaliações externas e o viés com o currículo, as escalas de proficiências e a distribuição dos estudantes pelos padrões de desempenho. De acordo com Micarello (2020, p. 1), “para que a forma de apresentação de resultados possa alcançar os objetivos esperados, é necessário que os gestores e professores se apropriem da noção de padrões de desempenho.”.

Na rede de ensino de São Luís, verificou-se que a apropriação dos resultados, apesar de já fazer parte da política de formação continuada, envolvendo a gestão da rede, das escolas e da sala de aula, é uma política que precisa ser potencializada nas escolas, tendo em vista o esforço que a rede ainda precisa fazer para melhorar o desempenho dos seus estudantes. Diante disso, ressalta-se que a avaliação é um instrumento importante para a transformação do sistema público de ensino em um sistema melhor do que São Luís tem hoje.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MEC; SEB, 2018a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de avaliação da educação básica – SAEB**: evidências da edição 2017. Brasília, DF: MEC; INEP, 2018b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=94161-saeb-2017-versao-ministro-revfinal&category_slug=agosto-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar**: resultados. Brasília, DF: MEC; Inep, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BURGOS, Marcelo Tadeu Baumann. **A relação entre sistemas de avaliação e apoio pedagógico**. Juiz de Fora: CAED; UFJF, 2020.

CHIZZOTTI, Antonio. Políticas públicas: direito de aprender e avaliação formativa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, p. 557-560, set./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8193>. Acesso em: 16 nov. 2020.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. (org.). **Indagações sobre currículo**: currículo e avaliação. Brasília, DF: MEC; SEB, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FONTANIVE, Nilma Santos. A divulgação dos resultados das avaliações dos sistemas escolares: limitações e perspectivas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 78, p. 83-100, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362013005000005>. Acesso em: 10 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **São Luís**: panorama: população. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>. Acesso em: 18 nov. 2020.

MICARELLO, Hilda. **Padrões de desempenho e apropriação de resultados de avaliação em larga escala**. [S. l.: s. n], 2020. Disponível em: https://especializacaoemavaliacao.caeddigital.net/mdl/pluginfile.php/6257/mod_folder/content/0/QUINZENA%205/T01%20Padr%C3%B5es%20de%20desempenho%20e%20apropriacao%C3%A7%C3%B5es%20de%20resultado%2008.01.20.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 12 nov. 2020.

OLIVEIRA, Lina Katia Mesquita de. **Três investigações sobre escalas de proficiência e suas interpretações**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PIRES, Vera Lúcia Gonçalves; SILVA, Dalmiran Colaço. Contribuição das avaliações externas para o alcance das metas delineadas no PME na rede municipal de ensino de São Luís. *In: REUNIÃO DA ABAVE*, 9., 2018, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: Abase, 2018. Tema: O Plano Nacional de Educação e a avaliação. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/abave/50304-contribuicao-das-avaliacoes-externas-para-o-alcance-das-metas-delineadas-no-pme-na-rede-municipal-de-ensino-de-sao/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PONTES, Luís Antônio Fajardo. Indicadores educacionais no Brasil e no mundo: as diversas faces da educação. *In: PONTES, Luís Antônio Fajardo et al. (org.). Avaliação e indicadores educacionais e políticas públicas e legislação em educação profissional*. Juiz de Fora: CAEd, 2012. 1 v. p. 11-31. Disponível em: <http://central.caedufjf.net/arquivos/indicadores-educacao.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REZENDE, Wagner Rezende; PONTES, Luís Antônio Fajardo. **O desafio do uso dos indicadores educacionais e os principais canais de sua divulgação no Brasil**. [S. l.: s. n.], 2020.

RODA de conversa: interpretação pedagógica da escala. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (34 min 55s). Publicado pelo canal Curso de Especialização em Estatísticas e AE. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XSm619a9hQ8&feature=emb_log. Acesso em: 14 nov. 2020.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Programa Educar Mais: juntos no direito de aprender**. São Luís: Semed, 2017. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/projetos.aso?id_projeto=17. Acesso em: 8 abr. 2019.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **São Luís-2019: avaliação da educação infantil: relatório de avaliação**. São Luís: Semed, 2019a.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. SIMAE 2019: sistema municipal de avaliação educacional de São Luís. **Revista do Sistema: rede municipal**, Juiz de Fora, v. 3, 2019b.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Boletins de resultados do SIMAE 2017-2019**. São Luís: Semed, 2019c.

SCHWARTZMAN, Simon; COX, Cristián. Coesão social e políticas educacionais na América Latina. *In: SCHWARTZMAN, Simon; COX, Cristián (org.). Políticas educacionais e coesão social: uma agenda latino-americana*. Tradução de Micheline Christophe e Roberta Caldas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 1-24. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/edcoesao_port.pdf. Acesso em: 11 jan. 2020.

SILVA, Vandrê Gomes da. Usos de avaliações em larga escala em âmbito escolar. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 36., 2013, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: ANPED, 2013. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt14_3264_texto.pdf. Acesso em: 16 fev. 2021.

SIMÕES, Maria Inez Barroso. **O programa de intervenção pedagógica do Estado de Minas Gerais - PIP**. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/02/dissertacao-2010-maria-inez-barroso-simoes.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.

SOARES, José Francisco; CANDIAN, Juliana Frizzoni. O efeito da escola básica brasileira: as evidências do Pisa e do SAEB. *In*: BROOKE, Nigel; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de. **A avaliação da educação básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 296-304.